



# **Tendências do desenvolvimento: elementos para reflexão sobre as dimensões sociais na contemporaneidade**

Carlos Alberto Máximo Pimenta<sup>1</sup>

## **Resumo**

Discutem-se os aspectos contemporâneos do conceito de desenvolvimento, especificamente em tom de apontamento das tendências teóricas e práticas, para se pensar os rumos da ordem social, da ciência, da sociedade, do meio ambiente, da economia, da condição humana e planetária. Dessa perspectiva, objetiva-se localizar o pensamento vencedor e majoritário sobre desenvolvimento para, *a posteriori*, trazer elementos de contraposição às tendências homogêneas e pautadas pelo desempenho econômico. O pressuposto da discussão é o entendimento do tema desenvolvimento no plural, desenvolvimentos, em amplitude, para além do econômico, mas não se distancia dos processos políticos vinculados dos econômicos, do papel do Estado, dos interesses do mercado, das dimensões do social. A aposta é multidisciplinar, pois envolve campos de saberes e de produção de conhecimento diversos, mas a imaginação do percurso declinado é sociológica. Essa aposta ganha pertinência tendo em vista que a abertura econômica e a reestruturação da produção, nas quais se observam novas exigências de comprometimentos com o social, responsabilidades e dimensões humanizadoras, trazem cada vez mais demandas, exigências e respostas multifacetadas e de difícil

---

Recebimento: 20/10/2013 • Aceite: 20/04/2014

<sup>1</sup> Doutor em Ciências Sociais pela PUC/SP; pesquisador no Grupo de Ensino, Pesquisa e Extensão - Ciências Sociais e Desenvolvimento e coordenador do PPG DTecS da Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI), Brasil. E-mail: carlosalbertopimenta@gmail.com.

compreensão por uma só óptica. Contudo, o Estado tem um papel preponderante na condução desse processo.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento; Tendências do Desenvolvimento; Dimensões Sociais; Papel do Estado.

## **Tendencies of development: elements for reflection on the social dimensions of contemporary times**

### **Abstract**

The contemporary aspects of the concept of development are discussed, specifically in a tone pointing to theoretical trends and practices to think about the direction of the social order, science, society, environment, economy, the human and planetary condition. From this perspective, the objective is to locate the winning and major thought about development in order to, a posteriori, bring opposing elements to the homogenous tendencies ruled by economic performance. The assumption of the discussion is the understanding of the topic development in the plural, developments, in amplitude, beyond the economic, but it does not distance itself from the political processes bound to economics, the role of the state, the interests of the market, the social dimensions. The wager is multidisciplinary, because it involves fields of knowledge and production of diverse knowledge, but the imagination of the route inflected to is sociology. This wager gains relevance, keeping in mind, that the economic opening and the restructuring of production, in which new demands for commitments to the social, are observed; responsibilities and humanizing dimensions, increasingly bring more demands, exigencies, and multifaceted answers and difficult to understand for only eye. Nevertheless, the state has a predominant role in the conduction of this process.

**Keywords:** Development; Development Trends; Social Dimensions; Role of the State.

## Introdução

Discutem-se<sup>2</sup> os aspectos contemporâneos do conceito de desenvolvimento, especificamente em tom de apontamento das tendências teóricas e práticas, para se pensar os rumos da ordem social, da ciência, da sociedade, do meio ambiente, da econômica, da condição humana e planetária.

A pergunta que conduz esta preposição se aproxima ao que Alan Touraine (1997, p. 99) problematizava no capítulo *A Decomposição*, em sua obra *Crítica à Modernidade*, ao se questionar que por “(...) muito tempo lutamos contra os antigos regimes, contra a nova sociedade, mas no século XX lutamos contra os novos regimes, contra a nova ordem e o novo homem (...)”. Então, se pergunta: de qual desenvolvimento estamos falando? Ou melhor, empunhamos esforços para qual direção?

Não se pensa o futuro, sem digressões ou contextualizações históricas. Do ponto de vista da história, o conceito de desenvolvimento é cunhado por um conjunto de conceitos que carrega pensamentos pragmáticos vinculados às teorias do planejamento, do desenvolvimentismo e do campo mais meritocrático da competição econômica. É deste ponto que a literatura propõe o debate e a refutação desse aspecto, somando-se às dinâmicas do social e do meio ambiente.

A proposta aqui é menos pretensiosa, e mais norteadora do trajeto de pesquisa a ser percorrido nos próximos anos, qual seja a questão: quais as dimensões sociais do desenvolvimento, tomando como base os movimentos de oposição à força do mercado na sociedade capitalista tecnológica atual? Dessa perspectiva, objetiva-se localizar o pensamento vencedor e majoritário sobre desenvolvimento para, *a posteriori*, trazer elementos de contraposição às tendências homogêneas e pautadas pelo desempenho econômico.

O pressuposto da discussão é o entendimento do tema “desenvolvimento” no plural: desenvolvimentos; em amplitude, para além do econômico. Contudo, não se descolam os processos políticos dos econômicos, de Estado, de mercado, do social, da sobrevivência da espécie humana, enquanto políticas de organização societária.

---

<sup>2</sup> Trata-se de desdobramentos dos estudos teóricos sobre Desenvolvimento e Tecnologias que o (Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão) GEPE – Ciências Sociais e Desenvolvimento vem empreendendo no campo interdisciplinar, voltado às preocupações vinculadas às pesquisas e às atividades do Programa de Mestrado em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade.

A aposta é multidisciplinar, pois envolve campos de saberes e de produção de conhecimento diversos, mas a imaginação do percurso declinado é sociológica. Essa aposta ganha pertinência tendo em vista que a abertura econômica e a reestruturação da produção, nas quais se observam novas exigências de comprometimentos com o social, responsabilidades e dimensões humanizadoras, trazem cada vez mais demandas, exigências e respostas multifacetadas e de difícil compreensão por uma só óptica.

Duas partes compõem os argumentos teóricos que justificam esse esforço: as dimensões históricas que tecem os significados do que, majoritariamente, se entendeu por desenvolvimento; o refinamento do conceito de desenvolvimento mediado pelos seus limites e tendências.

## **O desenvolvimento: ponderações históricas**

A concepção da “idéia de desenvolvimento” esta atrelada ao “(...) movimento histórico da humanidade e seu sentido” (FAVARETO, 2007, p. 40). Os estudos até o século XVIII não possibilitam destacar especificamente as ponderações sobre o tema do desenvolvimento.

Em uma das literaturas estudadas (ADELMAN, 1972), a obra de Adam Smith, *Investigação Sobre a Causa da Riqueza das Nações* (1776), é considerada como um marco inicial, o que parece ser pacífico. A obra de Smith tem ênfase e viés econômico, fruto, talvez, da preocupação do pensador do século XVIII.

Pode-se vincular a temática do desenvolvimento desde as idealizações do conhecimento filosófico<sup>3</sup>, mas a noção de desenvolvimento está intimamente relacionada às noções de progresso, de modernidade, de racionalidade, de secularização e de ordem. Em outros termos, o desenvolvimento tem seu comprometimento com o resultado da Revolução Industrial, em menor medida a francesa, os modos de produção industrial, os padrões de consumo, a cultura ocidental e seus gostos e estilos de vida, a imposição dos padrões dos países centrais do capitalismo sobre os não centrais e, sobretudo, os processos de diáspora do homem do campo ao urbano<sup>4</sup>.

Percurso interessante fez Mônica Schiavinatto (2013), a partir de leituras de Rist (2001), Favareto (2007), Enríquez (2007), Ortega (2008), Veiga (2008) e suas teorizações, em classificar as distintas correntes teóricas sobre desenvolvimento. Seguiu a subsequente

---

<sup>3</sup> Essas digressões podem ser encontradas nas pesquisas de Rist (2001) e de Favareto (2007).

<sup>4</sup> Em Favareto (2007) e Ortega (2008) esses aspectos ficam explicitados.

ordem: **a.** desenvolvimento como crescimento econômico; **b.** desenvolvimento institucional; **c.** desenvolvimento como mito; **d.** desenvolvimento como liberdade; **e.** desenvolvimento sustentável.

Não se quer seguir o caminho trilhado pela citada pesquisadora, tampouco questionar suas escolhas, mas localizar o campo teórico sobre desenvolvimento para apontar outros elementos às questões sociais atreladas ao tema.

Há confusão histórica em atrelar o conceito de desenvolvimento ao de crescimento econômico, visivelmente comprometido com o sucesso do processo de industrialização, medido pelo PIB *per capita*. As noções de desenvolvido e subdesenvolvido se constituíam pela capacidade produtiva e de competição num sistema acumulativo. As teorias schumpetterianas foram promissoras nesse contexto.

As vinculações institucionais relacionadas com o desenvolvimento ganham aderência em diversos conhecimentos: economia, administração, sociologia e ciência política. Dentro dos limites desse campo de preocupações, a instituição, em seu sentido mais amplo, ganha relevância no processo de desenvolvimento. Não se concebe desenvolvimento sem adicionar o papel do Estado, do território e das instituições ao desempenho das economias.

O levantamento das contradições presentes nas teorias de desenvolvimento e nas concepções concretas deste é apresentado como mito. A sua uniformização e universalização, transmutando a periferia também em centro, se faz utópica e inatingível. Trata-se de ilusão desencadeada pela própria constituição e natureza do capitalismo. Nessa linha, as pesquisas de Arrighi (1997) e Furtado (1974) são esclarecedoras e indispensáveis.

Esculpido pela égide da liberdade, o desenvolvimento comprometido com a democracia, o capitalismo e os conceitos da economia liberal ganham ênfase no campo social. A proposta ultrapassa os cânones do crescimento econômico como fator preponderante do desenvolvimento. Em Amartya Sen, a proposta de desenvolvimento como liberdade fica mais explicitado e permeável aos olhos do próprio capital. Dentro desse contexto, o desenvolvimento abre possibilidades para ser mais amplo do que resultado de processos de acumulação de riqueza e do crescimento do PIB, potencializando as capacidades humanas.

As discussões sobre o meio ambiente impactado pelas interfaces com as condições humanas, éticas, socioculturais, socioeconômicas, sociopolíticas e mudanças nos estatutos jurídicos,

adquirem relevância na agenda mundial para se pensar num desenvolvimento com maior sustentabilidade. Os estudos de Sachs (1986, 2002, 2004) ganham importância em relação às questões do desenvolvimento sustentável.

No fechamento do parêntese aberto, esta alusão ao percurso de Mônica Schiavinatto (2013, pp. 29-47) contribui na localização das diferenças e das distintas nuances que o conceito de desenvolvimento assumiu.

Acrescentaria ao conjunto da classificação apontada, numa perspectiva de transversalidade, a ênfase que se faz ao desenvolvimento regional como uma possibilidade de superação das injustiças e desigualdades do capital. Não sem tensão e guardadas as devidas proporções, essa tendência encontra-se difundida em diversas reflexões sobre o tema de desenvolvimento, incluindo-se na questão regional, a qual não se afasta da valorização do processo industrial e do econômico como instrumentos de avanços<sup>5</sup>.

Da perspectiva apresentada é que se permite uma dimensão das escolhas para outras configurações, além do biônimo liberdade e dominação, mas dentro dos limites da superação das desigualdades e das diferenças presentes no campo social. Não se trata de adesão aos pensamentos otimistas ou pessimistas de plantão. Trata-se de um diálogo de rota.

## O desenvolvimento: ponderações de percurso

Na busca etimológica da palavra desenvolvimento<sup>6</sup> pode-se defini-lo em perspectivas múltiplas:

*sm (desenvolver+mento)* 1) Ato ou efeito de desenvolver. 2) Crescimento ou expansão gradual. 3) Passagem gradual de um estágio inferior a um estágio mais aperfeiçoado. 4) Adiantamento, progresso. 5) Extensão, prolongamento, amplitude. 6) *Música*: Elaboração de um tema, motivo ou ideia musicais por modificações rítmicas,

---

<sup>5</sup> É o que sugerem alguns autores. No caso, toma-se por base a produção de Sousa; Oliveira; Carniello (2008).

<sup>6</sup> Informações etimológicas sobre a palavra “desenvolvimento” extraídas do Dicionário Michaelis. Site:

<<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=desenvolvimento>>. Acesso em 10.11.2012.

melódicas ou harmônicas. 7) *Música*: Parte em que tal elaboração ocorre. 8) *Matemática*: Expressão de uma função qualquer na forma de uma série. 9) *Matemática*: Transformação de uma expressão em outra equivalente, mais extensa, porém mais acessível ao cálculo. *D. direito, Biologia*: desenvolvimento sem metamorfose. *Sin: desenvolvimento*.

Nos termos da literatura estudada, as precisões etimológicas sobre desenvolvimento explicam pouco. Nos termos da história, sabe-se que os processos industriais e urbanos, para o bem ou para o mal, caracterizam-se como elementos centrais que constituem as noções sobre desenvolvimento.

A manutenção do sentimento de progresso confere simetria e relação entre crescimento econômico e desenvolvimento, apesar dessa contestação ser crescente e trazer consigo a necessidade de novas métricas que permitam analisar o segundo o desvinculando do primeiro. O social e as questões externas à compreensão da economia ganham força na análise sobre o desenvolvimento.

Essa necessidade se dá com a percepção das distorções que esta visão promove<sup>7</sup>. Traços desta corrente de pensamento podem ser percebidos em diversos autores que se seguiram a Sismondi<sup>8</sup>, com um destaque especial no discurso de Joseph Schumpeter (1982), em sua obra Teoria do Desenvolvimento Econômico. Para este autor, o desenvolvimento econômico não se explica pelo econômico, mas pelas mudanças do mundo a sua volta.

Na leitura, entre os autores que compõem a literatura estudada, não se pode falar de uniformizações ou consensos quanto à natureza, à utilização e ao entendimento do conceito de desenvolvimento. Nota-se um descompasso. Contudo, a noção de sistêmico, de um campo de tensões que supera o viés econômico, de vertente social, cultural e humana, de instrumento de possibilidade de superação das distorções geradas pelo modo de produção industrial e tecnológico e de preservação da condição humana e sobrevivência da espécie se traduz

---

<sup>7</sup> Traços históricos dessa posição podem ser encontrados na biografia de Sismonde de Sismondi, quando difunde a economia política de Adam Smith. Apresenta-se com um dos pioneiros em perceber o desequilíbrio social, buscando, deste modo, alterar a rota dos estudos sobre o Desenvolvimento, saindo da estrada do econômico e migrando para a via do desenvolvimento humano.

<sup>8</sup> Na literatura estudada o nome de Sismonde de Sismondi aparece como um precursor do tema desenvolvimento.

indissociáveis, aderentes. Tais significados impõem novas metodologias de análise e se propõem investigações não só em contrapartidas econômicas, mas, sobretudo em relação à qualidade de vida da população e de sua inserção no meio social.

Em Bandeira (1999), os atores sociais são o destaque do processo de desenvolvimento, valorizado pela formação sócio-cultural do indivíduo. Para Petitinga (2006), compreendê-lo implica levar em consideração aspectos significativos de um território específico. Já Milani (2005)<sup>9</sup> defende que o desenvolvimento local emerge de fatores culturais, sociais e políticos, não regulamentados unicamente pelo sistema econômico e pelas regras de mercado.

A construção social que denominamos de desenvolvimento se limitou, pelos seus próprios contornos e referências, ao confinamento da lógica do “progresso”, da “evolução”, dos modelos econômicos competitivos e do mundo industrial e urbano. Tal fato não seria problema, todavia, se a consequência direta do desenvolvimento, focalizado no econômico e centralizado na equação capital versus trabalho não resultasse em desigualdades, em exclusão e, se somado à tecnologia informacional, em desemprego. As considerações de Giovanni Arrighi (1997) se fazem indispensáveis para estabelecermos parâmetros críticos à ideia de desenvolvimento.

A base das referências para mensurar o desenvolvimento de um país, região ou município se dá por métricas de seriações históricas, de comparações ou de índices inventados a partir de indicadores de razoabilidade neste ou naquele campo de questões. As químicas e as matemáticas são numéricas e estatísticas que, muitas das vezes, nada dizem sobre a realidade vivida ou dizem muito para declarar eficiências e eficácias de desenvolturas, quer seja na área pública quer seja na área privada.

Não se contesta o fato de que os indicadores econômicos são importantes na medida em que representam dados e informações apontadores do comportamento individual e coletivo das variáveis e fenômenos componentes de um sistema econômico, quaisquer que sejam as dimensões territoriais pesquisadas. Não se contesta, também, fazendo uso das alusões de Souza (2005), que os indicadores econômicos e sociais ao redor do mundo, de certa forma, apontam que a distribuição de renda entre países, aumentou, mas longe de se

---

<sup>9</sup> Para este autor, o desenvolvimento é associado às dimensões do local, ganhando sentido de *inter-setorial e trans-escalar*. Inclusive, adquire projeção de possibilidade de transformação da realidade local.

apresentar equânime. Vale dizer que nas últimas décadas os indicadores são poderosas ferramentas para subsidiar tomadas de decisões pelos agentes públicos e privados.

Do “Produto Interno Bruto”, da “renda Per Capita”, do “Índice de Desenvolvimento Humano”, da “Felicidade Interna Bruta” aos mais arrojados indicadores, pensar o desenvolvimento, somente, por essas perspectivas implica em reforçar a lógica que o constitui e que o dá origem. Ganha em pertinência um conjunto de estudos que questionam essas frentes que sustentam as percepções do desenvolvimento associadas ao humano, à qualidade de vida, ao equilíbrio e à sustentabilidade do desenvolvimento.

A dúvida persiste em eleger conceitos mais abertos que se sobreponham aos meros mecanismos de aferição do avanço de uma população. As teorias já superaram considerações de cunho meramente econômica. Há valorizações múltiplas que agregam dimensões sociais, culturais e políticas como fatores de influência na qualidade da vida humana ou em uma determinada ordem socioeconômica ou sociocultural aceitável.

Da perspectiva das Nações Unidas (PNUD, 2011), a finalidade da elaboração do Índice de Desenvolvimento Humano é “oferecer um contraponto a outro indicador muito utilizado, o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento”. O limite de razoabilidade do desenvolvimento, mesmo dentro do IDH, é numérico, frio e ainda assustador.

As perguntas se apresentam: quem tem o passaporte para usufruir desses benefícios? Quem tem o direito de viver e de morrer? Se o desenvolvimento se configura no campo das competições, como distribuí-lo em equidade? É dentro desse universo de perguntas que se estabelecem ideologias, idealizações, relações de poder, privilégios, dominações, explorações e diferenças, vezes representadas pela média simples em três frentes de indicadores pouco representativos da realidade: longevidade, educação e renda. Que incluíssemos mais um universo de indicadores, ainda assim veríamos nas sociedades mais desenvolvidas as protuberâncias, os distanciamentos e as diferenças econômicas, culturais, sociais, morais, simbólicas postas, quanto mais nas sociedades em processo de desenvolvimento<sup>10</sup>.

---

<sup>10</sup> Com a explicitude da crise europeia, 2010-2011, com a falência da Grécia, Portugal, dentre outros, essas diferenças presentes no ideário do desenvolvimento vêm se agravando. Não se pode falar em desenvolvimento no singular.

Nas leituras de diversos pesquisadores veem-se apontadas as correlações a partir do IDH. Toma-se, aqui, como exemplo Bagolin; Comin (2008). Apontam a necessidade de ampliar os indicadores pilares à leitura do desenvolvimento. Esses devem contemplar a demanda nacional e internacional, em perspectivas de desenvolvimento social, e refletir as realidades sociais que incluem, dentre outros, a incidência de morte materna, índices de violência, acesso à moradia, saneamento e água potável. Trata-se de sugestão de incorporação de indicadores alternativos e adicionais que contemplem as características e as demandas de determinada região ou situação local.

Todos esses instrumentos, a partir da ampliação do IDH, não passam de indicadores. Não se exclui a lógica e a intencionalidades deles, uma vez que são utilizados para assinalar qualidade de vida de um povo, mesmo que utilizado em conjunto com outros indicadores para medir alguma coisa. Não passam de indicadores que podem ou não ser levados em consideração para tomada de decisões de encaminhamentos de políticas públicas ou de estratégias de desenvolvimento. Por exemplo, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado em 2007<sup>11</sup>, no Governo do Partido dos Trabalhadores (PT), direta ou indiretamente se pauta por esses indicadores.

A escolha destes ou daqueles indicadores pode servir como elemento de apoio para entendimento de determinada realidade, mas em termos de concretude explicam pouco sobre a natureza, as causas, os efeitos e as consequências. Eles apenas indicam um aspecto da realidade.

Essa afirmativa levada ao extremo não inviabiliza a utilização de determinados indicadores para tomada de decisão ou leitura inicial de determinada situação. O que se quer enfatizar é que outros elementos, para além de indicadores, devem ser levados em conta para intervir em percursos de desenvolvimento, os quais devem ultrapassar aspectos meritocráticos, a imposição de um modelo sobre o outro, os

---

<sup>11</sup> Refere-se à aposta do Governo brasileiro em acelerar o desenvolvimento do país para competir em igualdade com os países centrais e colocar o Brasil entre os considerados desenvolvidos. O Programa foi lançado em janeiro de 2007 contendo propostas que criam as condições econômicas, políticas, sociais, ambientais, fiscais, dentre outros, para gerar infraestrutura necessária para dar acento ao Brasil no rol dos desenvolvidos. Ver: <<http://www.pac.gov.br/>>. Acesso em: 20.12.2012.

critérios administrativos, numéricos e de gestão, que determinam valores de eficiência ou que promovem competições desproporcionais.

O enfrentamento das questões sociais por esta via não determinante de percurso de desenvolvimento pode contribuir para a revelação de verdades mais reais do que as óbvias. Por outro lado, não se quer invalidar essas determinantes, não se negam os esforços de superação das privações de liberdades fundamentadas na individualidade e no acesso aos bens e consumos, tampouco se invalidam os debates e as discussões teórico-metodológicas de intervenções estatísticas ou numéricas, mesmo que incorporadas a uma infinidade de índices. O que se sugere é o rompimento com esses crivos quantificáveis e meritocráticos, uma vez que se sabe que os índices, inclusive os considerados mais abertos, validam a busca de objetivos específicos, os quais adquirem certo conjunto de informação que o índice obtido e indicadores incorporam ou querem incorporar.

A aposta é no rompimento com os modelos eurocêntricos, tecnocráticos, economicistas, determinantes. Não se permitem movimentos de cima para baixo. Não se permite a ausência da possibilidade da manifestação ou das contribuições de quem emerge ou sucumbe. Desloca-se dos números e gráficos para os movimentos e às demandas sociais, às vozes, às expressões, às experiências<sup>12</sup>.

## **O desenvolvimento: superação das privações?**

A construção da categorização desenvolvimento, em suas diversas perspectivas e nuances, inclusive humanas, não tem seus limites à saúde, à educação, ao rendimento, à criminalidade, ao desempenho econômico do sistema produtivo, à guerra fiscal travada pelo Estado. Sobretudo, têm referência ao envolvimento ativo das pessoas e grupos sociais na definição do desenvolvimento, da equidade e da sustentabilidade, aspectos intrínsecos da liberdade de que desfrutam para conduzirem suas vidas.

Dentro desse contexto cabe, somente, em condições de democracia e de condições produtivas favoráveis, nos moldes socioeconômicos, sociopolíticos e socioculturais encabeçadas pelo ocidente. Faz sentido ter um critério de medição de desempenho em

---

<sup>12</sup> Duas experiências são importantes para se pensar alternativas para outros caminhos de desenvolvimento. O primeiro advém dos resultados do Fórum Social Mundial organizado pelos movimentos sociais mundiais ao enfrentamento das transformações globais. O segundo é de cunho teórico nas sugestões de Boaventura de Sousa Santos (2004), quando argumenta sobre os desperdícios de experiências que o mundo promoveu, em face dessas determinantes idealizadas de desenvolvimento.

que o IDH se constituiu, uma vez que se torna insustentável, não democrático, não equitativo, imoral um país ter o IDH baixo (PNUD, 2010).

No consenso, é razoável afirmar a preferência de se ter uma medida mínima de acompanhamento do desempenho humano dos países do que nada ter. Trata-se de uma régua de nível, genérica e mundial, que visa atacar algumas frentes desfavoráveis, resultado da própria lógica da sociedade que o constrói.

O razoável é meta limitadora e burra, pois estabelece um marco a ser atingido, talvez nunca superável. Não se pode dizer que existe consenso acerca do que o progresso nessas frentes implica. Por outra via, a falta de quantificação não é razão para a não promoção do desenvolvimento. Mesmo quando os países progridem no IDH, isso não significa, necessariamente, que se excedam nas dimensões mais amplas.

É necessário pensar o desenvolvimento para além dos novos arranjos do sistema produtivo ou da nova ordem econômico-empresarial<sup>13</sup>, mas, também, como as estratégias sociais de sobrevivência e de geração de renda ganham em pertinência. Esta idealização, em suas diversas perspectivas, traduz-se em contornos importantes e significativos dentro da lógica da sociedade atual. Permanece em aberto: para que serve? Para quem serve? Ou, quem tem acesso?

Revisitar Celso Furtado (1961; 1974; 2001), se faz pertinente. Percebe-se o esforço, desde a década de 50, de se constituir economicamente modos de superação do subdesenvolvimento dos países com menor potencial econômico, bem como de viabilizar meios-mecanismos de encaminhamentos desta superação.

Na leitura da obra do autor (FURTADO, 2001), percebe-se seu esforço de contraposição ao modelo hegemônico. Para este, os teóricos do crescimento não se atentaram para as consequências deste empreendimento de repercussões culturais e ambientais impactantes, uma vez que a crença num progresso promissor e esperançoso vê-se freado pelos problemas sociais, econômicos, culturais e ambientais advindos das metrópoles. É com essa compreensão do desenvolvimento, mítico, que o autor propõe seus apontamentos teórico-metodológicos, histórico-estruturalista, para entender o

---

<sup>13</sup> Sobre as críticas da dinâmica e das agendas políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação, atribuindo certo percurso ao desenvolvimento, ver Dagnino; Bagattoli (2010).

processo de desenvolvimento, o progresso e as dimensões sociais, culturais e políticas, para além dos determinismos econômicos.

Demarca-se, levando em consideração o contexto da contemporaneidade, que o próprio processo de industrialização tecnológico e informacional traz consigo velhas, novas e outras consequências sociais, visivelmente delineadas pelo modo de produção, consumo, sistema de comunicação, cultura ocidental hegemônica, enfim, pela lógica política, econômica, filosófica contidas nas idealizações sobre sociedade e desenvolvimento, as quais são meras aparências de preocupação com as dimensões e as valorizações do humano.

Essas valorizações se suportam e reforçam a preocupação em fazer com que o desenvolvimento promova a superação das privações, de todas as ordens. Na leitura de Amartya Sen (1999), observa-se que, para este autor, as pessoas vivem muito mais do que no passado e, com o advento dos processos globais, as regiões do globo estão mais interligadas do que antes. Dessa leitura, pode-se apontar que isso ocorre, inicialmente, no campo das trocas comerciais e se estende às comunicações, ultrapassando ideias e ideais interativos restritos ao Estado-Nação e as dimensões da cultura local.

Todavia, dentro da lógica pensada pelo autor supracitado, experimenta-se, em mesma escala de igualdade, um mundo de privações, destituições e opressões de proporções intoleráveis. A demanda, repercussão sociocultural dos processos globais, não se limita aos países pobres, uma vez que atinge o globo, inclusive os países caracterizados como desenvolvidos ou denominados, com base numa régua de medidas e escalas: ricos.

Há novos problemas convivendo com os antigos. Na reflexão do desenvolvimento brasileiro, não se pode negar que, da perspectiva histórica, há questões socioculturais sem resoluções, convivendo, ironicamente, com o presente e as projeções futuras. Na leitura de Pimenta (2008, pp. 7-24) denota-se que o advento da modernidade e suas promessas não foram suficientes para equacionar as demandas do povo negro, do povo indígena, da mulher, das divisões da terra. Na contemporaneidade, veem-se agravadas essas promessas pelo não cumprimento e pelas dificuldades de efetivação das novas promessas contidas no campo das tecnologias, das informações. Estas, resultantes das alterações drásticas e radicais promulgadas no tempo e no espaço<sup>14</sup>.

---

<sup>14</sup> Sobre as questões do Tempo-Espaço e consequências, ver David Harvey (1993).

Tais pertinências se agravam ainda mais se mensuráveis por critérios sócio-produtivos, competitivos e concorrenciais, uma vez que colocam em maior evidência as ameaças ao meio ambiente, iniciadas com as nossas crenças no progresso. Não se trata de implicância, mas de válvulas de respiro à vida, à sociedade, à humanidade.

Um aspecto que não pode ser negado, sem neste momento fazer qualquer tipo de vigilância ideológica, é o de que o desenvolvimento não deve privar o indivíduo de qualquer acesso a direitos e aos benefícios disponibilizados.

Neste aspecto, as sugestões de Amartya Sen (1999, p. 9-10) contribuem para caminhos de superação das dificuldades inerentes ao Processo de Desenvolvimento. Afinado com o discurso das liberdades, o autor afirma que, para serem combatidos os problemas existentes, a liberdade individual passa a ser referência como comprometimento social.

A interpretação das preocupações do autor impõe limites, tendo em vista a responsabilização que atribui ao indivíduo. Para ele, na base das ações que gerem desenvolvimento, qualquer esforço caminha no sentido de eliminação das privações de liberdade, tendo em vista que são limitadoras das oportunidades e das escolhas das pessoas em exercer sua posição de agente, de sujeito. Significa conhecer o desenvolvimento como um processo de manifestações de liberdades para que as pessoas possam desfrutar dos benefícios disponibilizados à sociedade, sem restrições de pessoas, grupos.

É sob a égide do crescimento econômico e do mercado que se pauta o desenvolvimento, o qual não pode negar, mas deve vir depois do reconhecimento do valor da liberdade direta de troca de palavras, presentes e bens. Implica reforçar, diante dos pressupostos argumentativos deste artigo, que a questão importante posta por Sen (1999, p. 23) é aquela que vincula desenvolvimento com liberdade, especialmente quando há privação de liberdade econômica. Implica perceber, inclusive, que os movimentos atuais de privação são uma das formas de se manter a sujeição do homem, ou seja: “(...), a privação de liberdade econômica pode gerar a privação de liberdade social, assim como a privação de liberdade social ou política pode, da mesma forma, gerar a privação de liberdade econômica”.

Em tom de exemplo do recorte realizado da obra de Amartya Sen (1999, p. 117), faz-se menção à descrição que realiza sobre os efeitos do desemprego na Europa contemporânea. Argumenta que não se trata da perda da renda que acarreta danos à pessoa, mas que as perdas atingem as fronteiras do psicológico, da motivação para o

trabalho, da perda de habilidade e autoconfiança, do acréscimo de doenças, dos transtornos nas relações familiares e vida social, do aumento da exclusão social e do crescimento nas tensões raciais.

Dada a importância desse aspecto à reflexão sobre desenvolvimento, apresenta-se como indispensável um olhar mais ampliado à contemporaneidade, no que se refere à temática enfatizada e a suas exigências para estabelecer vínculos com a questão para além da responsabilização do indivíduo sobre suas liberdades. Esta tem suas peculiaridades, mas guarda relação com as tendências mundiais, coletivas, sociais.

Por fim, a aproximação dessas tendências com as de privações das liberdades coloca em cena questões políticas que, de alguma forma, compõe, não sem tensão, os arranjos e acordos concernentes à ideia de desenvolvimento.

## **Desenvolvimento: seus limites e tendências**

É na passagem da ideia de sociedade do encantamento para progresso que se vê demarcada uma transição histórica importante. É também nesse momento que se aposta, ou se acredita cegamente, no *processo civilizador* (ELIAS, 1991) em construção, para além das repercussões e dos embates entre diferentes correntes das teorias sociais, os quais marcam, no século XIX, o início da consolidação dos campos disciplinares específicos das Ciências Sociais<sup>15</sup>.

Da crença no progresso ao movimento efetivo de constituição do modo de produção industrial, resultante da compra e venda da força do trabalho, passou-se à representação da centralidade motor do desenvolvimento. A indústria e o urbano estabelecem os parâmetros das seduções que os novos modos e estilos de vida começam a vigorar, forjando igualmente parâmetros de ordem política, social, cultural, moral, geográfica, demográfica, simbólica, corporal, educacional e, fundamentalmente, de percursos e cunhos econômicos.

Na prática, os efeitos desse sistema de crenças foram drásticos, se pensados na essência dos preceitos econômicos que balizaram o desenvolvimento<sup>16</sup>. A competição, a meritocracia, a concorrência, a

---

<sup>15</sup> Dentro dessa linha de raciocínio, Pimenta; Mello; Zamboni (2013, pp. 25-48), ao tratarem das tensões do Conhecimento na contemporaneidade, apresentam caminhos interdisciplinares às Ciências Sociais, dentro de um campo de relações que englobam Cultura, Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade.

<sup>16</sup> Desta perspectiva, Octávio Ianni (1994) escreveu o livro “A Idéia de Brasil Moderno”. Apontava, dentre várias questões, que as tensões culturais estabelecidas na oposição

vitória dos fortes sobre os fracos, entre outras apostas, orientam e organizam a ordem das coisas. Segundo Hobsbawm (1995), o século XIX termina com o início de grandes catástrofes para a humanidade, com graves crises econômicas, duas guerras mundiais e uma revolução comunista em 1917.

Por si, esses grandes acontecimentos ocorridos na primeira metade do século XX colocaram em xeque a capacidade do capitalismo de levar adiante o “progresso da humanidade”. Com as graves crises vividas pelo capitalismo nas primeiras décadas do século XX surge a ideia de crescimento como único caminho para superação dessas crises.

À perspectiva de progresso se agrega a noção de crescimento econômico para aumentar a riqueza, distribuí-la e reduzir a exclusão social (ORTEGA, 2008). Contudo, as repercussões no campo econômico sustentaram erros de repercussões sociais sem precedentes.

Essa associação entre crescimento e desenvolvimento reverberou na visão homogênea durante a “era de ouro” do capitalismo mundial (HOBBSAWM, 1995). Na literatura estudada, ao se tratar dos limites do desenvolvimento, vê-se que, nessa época, surge uma fissura dessa associação, crescimento e desenvolvimento, principalmente devido a pouca efetividade dos investimentos realizados nos países periféricos.

Os traçados da política econômica brasileira não se distanciaram dessas escolhas, repercutidas em aumento das desigualdades de todas as ordens. Em que pese o traçado, os resultados mostraram que nem sempre crescimento era sinônimo de melhoria da qualidade de vida, exceto para poucos.

Esses limites possibilitaram questionamentos do conceito de desenvolvimento, em face dos resultados negativos que produziu, sendo tratados como uma “ideia” ou “mito”. Ou seja: a impossibilidade de todos os países, regiões, localidades alcançarem o mesmo padrão de desenvolvimento. É dentro deste contexto que Celso Furtado (1974) apontava a ideia de crescimento como uma forma de legitimar a destruição de culturas e para justificar a dependência ao sistema produtivo.

Não se descarta sua importância e referência para se pensar estágios e avanços socioculturais, socioeconômicos, socioambientais e sociopolíticos aos países, regiões e localidades, mas o conceito de

---

entre moderno versus popular ou tradicional é que dinamizam as perspectivas de desenvolvimento.

desenvolvimento, categoria socialmente inventada, deve ganhar outras perspectivas e contornos que ultrapassem o viés de crescimento, do econômico, da competição, da concorrência, do meritocrático, da estatística, da gestão por competência e mensurações.

Dentro desse quadro, o debate em favor de um desenvolvimento mais inclusivo ganhou espaço. Portanto, outros fundamentos devem ser incorporados às formulações sobre desenvolvimento para se evitar que ao seu tratamento prevaleçam as concepções de “mito”, “utopia” ou “ideia”. A centralidade do esforço de desenvolvimento deve: ter foco em dimensões do humano; promover o rompimento com os critérios de mensuração baseados em índices e variáveis econômicas; ultrapassar os referentes de indicativos mínimos e medianos; permitir a inserção de ações coletivas, participativas e populares como instrumento de planejamento; extrapolar os modelos hegemônicos e os padrões de espelhos de desenvolvimento; valorizar e respeitar os elementos sociais, históricos e culturais que predominam os sentidos da região em desenvolvimento.

No contexto, as concepções de desenvolvimento carecem de ressignificação e ganham, por aderência, outros adjetivos que não estavam atrelados ao conceito de desenvolvimento, tais como regional, local, sustentável, humano, território, solidariedade. Mesmo superando os entendimentos de “progresso”, “crescimento”, “padronização”, “espelho”, “mensuração”, na tentativa de disputar e de conceituar os diferentes processos de desenvolvimento, nunca é demais explicitar que o termo desenvolvimento está impregnado de demarcações ideológicas e de imposições de um modelo sobre o outro, bem como é resultante de invenção do mundo ocidental para manter a hegemonia dos países ricos sobre os mais pobres<sup>17</sup>. Essa demarcação e esse movimento se fazem indispensáveis para que as resultantes não limitem a “ideia” de desenvolvimento como crença, mito ou ilusão.

Os princípios e os fundamentos do desenvolvimento, ao agregarem formatos mais equilibrados na relação entre progresso-sustentabilidade, promovem repercussões outras no campo da ética, da solidariedade e da cooperação, cuja aposta de superação das desigualdades e diferenças que ele próprio constituiu passa pelo social. Essa aposta, envolvida pelos dilemas presentes nas tendências de desenvolvimento, sejam elas em suas vertentes sociais, ambientais e humanas ou em suas pretensões políticas, econômicas e ideológicas,

---

<sup>17</sup> Dessa perspectiva, ver a proposta de RIST (2001).

deve superar o binômio liberdade–igualdade e, de igual sorte, superar o universo de determinações, padrões, modelos imaginados pela sociedade na idealização do que venha a ser centro, semi-periferia e periferia.

Fala-se de desenvolvimento para além das matrizes convencionais de inserção ao mundo do trabalho e do universo econômico. Essas entradas ganham sentido, tendo em vista que, atualmente, com a tendência de abertura econômica e a reestruturação da produção, se observam novas exigências de comprometimentos com o social e de responsabilidades com a dimensão humana do desenvolvimento.

Na pulverização dos comprometimentos e das responsabilidades, o que se pressupõe para a consolidação da constituição de um desenvolvimento, como ato e efeito de um processo, é que a sociedade esteja à frente da tomada de decisão dos destinos do país, da região, do local, em termos de caminhos do econômico, do cultural, do social, dos movimentos sociais, do político, da moral.

Enquanto tendência, a partir do trajeto histórico e contemporâneo das apropriações e das práticas de desenvolvimento, é necessário pensá-lo como processo que contém dinâmicas de duração longa, nunca em curto prazo ou em prospecções ideologizantes sazonais, determinadas pelo bel-prazer partidário. Ou seja, analisar o desenvolvimento é compreender os processos de mudança que ocorrem nas sociedades, numa perspectiva de longo prazo, para apreensão do funcionamento de seus mecanismos e percepções sobre como se apresentam as multiplicidades de repercussões presentes e as diferentes dimensões nas quais o desenvolvimento pode articular<sup>18</sup>.

## Considerações finais

Em conformidade ao objetivo traçado para esta reflexão, buscou-se localizar o pensamento vencedor e majoritário sobre desenvolvimento, com a pretensão de identificar elementos outros às suas tendências.

Não se trata de colocar em pauta as crenças da sociedade civil no terceiro setor, na economia solidária, na economia criativa, nos arranjos produtivos locais, na segurança alimentar ou em alternativas

---

<sup>18</sup> Um elemento fundamental a impulsionar o desenvolvimento passa a ser o Estado. Vê-se uma discussão importante, com todas as ressalvas das escolhas e posições do autor, é o da inclusão do Estado como vetor do desenvolvimento. Ver Peter Evans (1993) no texto “Estado, Reformas e Desenvolvimento”.

implicadas. É a somatória de tudo isso e nada disso também. Não se trata, inclusive, de um simples oferecimento de respostas às dimensões sociais necessárias ao desenvolvimento, tomando como base os movimentos de oposição à força do mercado na sociedade capitalista tecnológica atual, principalmente pela contramão da ordem estabelecida e pela quase impossibilidade de sua execução<sup>19</sup>. Trata-se de apresentar mais dúvidas do que soluções. Contudo, em outros parâmetros e concepções.

Desta predisposição, outras questões e dúvidas vão se juntando à pergunta-problema que inicia esta proposição: Como desenvolver sem perder elementos da cultura regional e local? Como desenvolver diante da herança de desigualdades presentes em nossa realidade? De que forma podemos participar em pé de igualdade com outros países diante das exigências e tensões trazidas pelas denominadas sociedades tecnológicas e informacionais? O desenvolvimento sem crescimento seria uma solução? Como transcender a lógica da sociedade capitalista atual? Há alternativas para além do econômico e do capitalismo?

O desenvolvimento permanece, nos moldes que concebemos, e trouxe consequências sociais e humanas devastadoras, mas sem definições e respostas mais assertivas sobre suas tendências. Embora as respostas careçam de eficácia, seus princípios norteadores são identificáveis: valorização da singularidade; movimentos de autonomia; consolidação de cooperações solidárias; prioridade aos interesses coletivos em detrimento dos individuais; aprofundamento das dimensões éticas; formação política que devolva os conteúdos sociais aos processos de socialização.

O Estado tem um papel preponderante e indispensável. Em outros termos, fortalecer o papel do Estado<sup>20</sup>, distanciado de perspectivas centralizadoras e totalitárias, mas com propósitos e princípios (os elencados acima) voltados à superação das distâncias, diferenças e desigualdades, se faz necessário para ver outras possibilidades de desenvolvimento no campo das tecnologias, da

---

<sup>19</sup> Numa perspectiva mais dura, Alejandra Pastorini (2007), ao colocar em debate a categoria “questão social”, entende que só se torna viável outra possibilidade de social se quebrada a estrutura da lógica do capitalismo. Se as bases forem capitalistas as transformações pouco avançam no sentido de superação das diferenças e das desigualdades.

<sup>20</sup> Não há dúvida, pensando nas sugestões de Zygmunt Bauman (1999), que o Estado não pode “ser” ou “estar” fraco, pois fraco, consequências dos processos de globalização da economia, ganha falsa ideia de autonomia, mas que, na verdade, se traduzem como facilitadores das práticas de dominação do capital mundial.

cultura, da geração de renda, da economia, da política, enfim, das diversas dimensões que incorporem o social e a sociedade.

Nas palavras de Zygmunt Bauman (1999, p. 66),

os Estados fracos são precisamente o que a Nova Ordem Mundial, com muita frequência encarada com suspeita como uma nova *desordem* mundial, precisa para sustentar-se e reproduzir-se. Quase-Estados, Estados fracos podem ser facilmente reduzidos ao (útil) papel de distritos policiais locais que garantem o nível médio de ordem necessário para a realização de negócios, mas não precisam ser temidos como freios efetivos à liberdade das empresas globais.

Independentemente de qualquer prerrogativa, tudo está em aberto. Não há receitas ou caminhos seguros que determinem um desenvolvimento aceitável, mesmo diante dos parâmetros mínimos mensuráveis estabelecidos pela ordem social em vigência, uma vez que ainda se pauta na relação capital versus trabalho, no produto tecnológico, no crescimento, no domínio dos fracos pelos fortes.

Eis o desafio para se pensar o desenvolvimento: transcender as crenças no progresso, no crescimento e na dependência ao sistema econômico e forjar outro Estado, menos duro, menos central e totalitário. No entanto, mais atento aos necessários ajustes e restituições causados pela ilusão do desenvolvimento, até aqui determinante.

## Referências

ADELMAN, Irma, **Teorias do Desenvolvimento Econômico**. 1 ed. Rio de Janeiro, Forense: 1972.

ARRIGHI, Giovanni. **A ilusão do desenvolvimento**. 3 ed. Petrópolis, RJ, Vozes, 1997.

BAGOLIN, I.; COMIM, F. Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e sua família de índices: uma revisão crítica em evolução. In: **Revista de Economia**, nº 34, set. 2008. Disponível em <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs-2.2.4/index.php/economia/article/view/12293/8511>. Último acesso em Agosto de 2011.

BANDEIRA, Pedro. **Participação, articulação de atores sociais e desenvolvimento regional**. Brasília, DF, IPEA, 1999.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as conseqüências humanas**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1999.

DAGNINO, Renato Peixoto; BAGATTOLLI, Carolina. Como transformar a Tecnologia Social em política pública? In: DAGNINO, Renato. (Org.). **Tecnologia social: ferramenta para construir outra sociedade**. 2ª Ed. Campinas, SP, Komedi, 2010.

ENRÍQUEZ, Maria Amélia Rodrigues da Silva. **Maldição ou dádiva? Os dilemas do desenvolvimento sustentável a partir de uma base mineira**. Brasília, DF. Tese de Doutorado em Desenvolvimento Sustentável. CDS/UnB, 2007.

ELIAS, Nobert. **O Processo Civilizador: uma história dos costumes**. Vol. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991.

EVANS, Peter. O Estado como problema e solução. In: **Revista de Cultura e Política**. Rio de Janeiro, Lua Nova, nº 28/29, 1993, p. 107-156.

FAVARETO. Arilson. **Paradigmas do Desenvolvimento rural em questão**. São Paulo: FAPESP, Ed. IGLU. 2007.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1961.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1974.

FURTADO, Celso. **Raízes do desenvolvimento**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.

HAVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo, Loyola, 1993.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX 1914-1991**. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

IANNI, Octávio. **A Idéia de Brasil Moderno**. São Paulo, Brasiliense, 1994.

MILANI, Carlos. Teorias do Capital Social e Desenvolvimento Local: lições a partir da experiência de Pintadas. In: **Capital Social, Participação Política e Desenvolvimento Local: atores da sociedade civil e políticas de desenvolvimento local na Bahia**. Salvador, BA, Escola de Administração da UFBA (NPGA/NEPOL/PDGS), 2005.

ORTEGA, Antônio César. **Territórios Deprimidos**: desafios para as políticas de desenvolvimento rural. Campinas, Alínea; Uberlândia, EDUFU, 2008.

PASTORINI, Alejandra. **A Categoria “Questão Social” em Debate**. 2. ed. São Paulo, Editora Cortez, 2007.

PETITINGA, C. S. Mais Definições em Trânsito. **Desenvolvimento Local**. Bahia, Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, 2006.

PIMENTA, C. A. M. Dimensões socioculturais urbanas da violência: contemporaneidade e relações sociais. In: **Revista Sociedade em Debate**, Pelotas, RS, nº 14, vol. 1, pp. 7-24, jan.-jun./2008.

PIMENTA, Carlos Alberto Máximo; MELLO, Adilson da Silva; ZAMBONI, Milton José. Tensões do Conhecimento na contemporaneidade: Entre a ciência e a prática. In: PIMENTA, Carlos Alberto Máximo e MELLO, Adilson da Silva (Org.). **Encruzilhadas da Cultura: Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade**. Taubaté, SP, Cabral Editora, 2013, p. 25-48.

PNUD BRASIL. **Desenvolvimento Humano e IDH**. Disponível em <http://www.pnud.org.br/idh/>. Último acesso em agosto de 2011.

RIST, Gilbert. **Le Développement: histoire d'une croyance occidentale**. Paris, Presses de Sciences Pó, 2001.

SACHS, Ignacy. **Espaços, Tempos e Estratégias do Desenvolvimento**. São Paulo, Vértice. 1986.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro, Garamond. 2002.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento**: incluyente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro, Garamond. 2004.

SCHIAVINATTO, Mônica. **Desenvolvimento Territorial**: inovação ou imposição? Um olhar sobre as abordagens territoriais do desenvolvimento rural na América Latina. Tese de Doutorado. Brasília, Universidade de Brasília – UnB / Centro de Desenvolvimento Sustentável – CDS, 2013.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Teoria do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo, Abril Cultural: 1982.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo, editora Companhia das Letras, 2000.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências, In: SANTOS, B. S. (org.). **Conhecimento Prudente para uma Vida Decente**. São Paulo, Cortez Editora, 2004, pp. 777-821.

SOUZA, C. M., OLIVEIRA, E. A. A. Q. e CARNIELLO, M. F. **Estudos de Gestão e Desenvolvimento Regional**. São Paulo: Oficina de livros, 2008.

SOUZA, Nali de Jesus. **Desenvolvimento Econômico**. 5ª ed. São Paulo, Atlas, 2005.

TOURAINÉ, A. **Critica da Modernidade**. Petrópolis, RJ, Vozes, 2002.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro, Garamond, 2008.